

MENSAGEM Nº 964

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a indicação do Senhor **MANUEL ADALBERTO CARLOS MONTENEGRO LOPES DA CRUZ**, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Jamaica.

As informações relativas à qualificação profissional do Senhor **MANUEL ADALBERTO CARLOS MONTENEGRO LOPES DA CRUZ** seguem anexas, conforme documentos apresentados pelo Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 16 de julho de 2025.

EM nº 00144/2025 MRE

Brasília, 2 de Julho de 2025

Senhor Presidente da República,

Em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **MANUEL ADALBERTO CARLOS MONTENEGRO LOPES DA CRUZ**, ministro de segunda classe do Quadro Especial da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Jamaica, por período não superior a 5 (cinco) anos consecutivos.

2. Encaminho, anexos, informações sobre o país e o *curriculum vitae* de **MANUEL ADALBERTO CARLOS MONTENEGRO LOPES DA CRUZ** para inclusão em Mensagem que solicito seja apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Maria Laura da Rocha



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil

OFÍCIO N° 1118/2025/CC/PR

Brasília, na data da assinatura digital.

A Sua Excelência a Senhora
Senadora Daniella Velloso Borges Ribeiro
Primeira Secretária
Senado Federal Bloco 2 – 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhora Primeira Secretária,

Encaminho Mensagem na qual o Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor MANUEL ADALBERTO CARLOS MONTENEGRO LOPES DA CRUZ, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Jamaica.

Atenciosamente,

RUI COSTA
Ministro de Estado



Documento assinado eletronicamente por **Rui Costa dos Santos, Ministro de Estado da Casa Civil da Presidência da República**, em 21/07/2025, às 19:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6857246** e o código CRC **0DBF4628** no site:
https://protocolo.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00001.004094/2025-42

SEI nº 6857246

Palácio do Planalto - 4º andar - Sala: 426 - Telefone: 61-3411-1121
CEP 70150-900 - Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE



MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE DO QUADRO ESPECIAL MANUEL ADALBERTO CARLOS MONTENEGRO LOPES DA CRUZ

CPF: [Informações pessoais](#)

ID: [Informações pessoais](#)

1959 Nasce em 8 de fevereiro de 1959, em Cochabamba, Bolívia (brasileiro nato). Filho de [Informações pessoais](#)

Dados Acadêmicos:

- 1979 Bacharel em Relações Internacionais, Universidade de Brasília
1987 Curso de Preparação à Carreira de Diplomata - CPCD- IRBr
1989 Mestre em Relações Internacionais. Universidade de Brasília. Tese " "A política externa como instrumento da autonomia e do desenvolvimento nacionais: um estudo de caso do Tratado de Cooperação Amazônica".
1999 Mestre em Ciência Política. The George Washington University, Washington, D.C.
2006 Curso de Altos Estudos - IRBR. Tese: "O Brasil e a Sociedade da Informação: a construção de uma estratégia para a Cúpula Mundial da Sociedade da Informação"

Cargos:

- 1987 Terceiro-secretário
1994 Segundo-secretário, por antiguidade
2005 Primeiro-secretário, por antiguidade
2009 Conselheiro, por merecimento
2016 Ministro de segunda classe, por merecimento

Funções:

- 1988-89 Divisão de Informação Comercial, assistente
1989-92 Divisão de Ciência e Tecnologia, assistente
1992-93 Departamento de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica, assessor
1990-95 Rede de Informação Tecnológica Latino-Americana, secretário-executivo
1994-97 Embaixada do Brasil em Washington, terceiro e segundo-secretário.
1997-99 Ministério da Ciência e Tecnologia, assessor especial
1999-03 Ministério da Ciência e Tecnologia, coordenador-geral de programas especiais
2003-05 Divisão de Desarmamento e Tecnologias Sensíveis, subchefe
2005-05 Ministério da Ciência e Tecnologia, coordenador-geral de bens sensíveis, no exercício da autoridade nacional de bens sensíveis
2006-10 Embaixada do Brasil em Buenos Aires, primeiro-secretário e conselheiro
2011-13 Embaixada do Brasil em La Paz, conselheiro e ministro-conselheiro, comissionado
2014-15 Coordenação-Geral de Combate aos Ilícitos Transnacionais, conselheiro
2015-17 Divisão de Ciência e Tecnologia, chefe
2017 Gabinete do Ministro de Estado, subchefe

2017-18 Gabinete do Ministro de Estado, assessor especial

2018- Embaixada do Brasil em Baku, embaixador

Condecorações:

Brasil. Sociedade Brasileira de Ciência do Solo. Medalha Dr. Álvaro Barcellos Fagundes.

Brasil, Medalha do Pacificador.

Brasil, Ordem do Rio Branco, Grande Oficial.

Brasil. Ordem do Mérito Naval. Comendador.

Brasil. Ordem do Mérito da Defesa, Comendador.

Medalha de Honra ao Mérito, Adidância da Defesa e Aeronáutica, Embaixada em La Paz.

Medalha de Honra ao Mérito, Adidância do Exército, Embaixada em La Paz.

Medalha de Honra ao Mérito, Adidância Naval na Bolívia.



MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
Divisão de Caribe

JAMAICA



INFORMAÇÕES OSTENSIVAS
Junho de 2025

DADOS BÁSICOS	
NOME OFICIAL	Jamaica
CAPITAL	Kingston
ÁREA	10.991 km ² (metade da área de Sergipe)
POPULAÇÃO (2024)	2,8 milhões de habitantes (equivalente à população do Distrito Federal)
IDIOMA	Inglês e patois
RELIGIÃO	Protestantes (61,9%); católicos (2,2%); testemunhas de Jeová (1,9%); rastafáris (1,1%); sem religião (21,3%); outros (11,6%)
SISTEMA DE GOVERNO	Monarquia constitucional parlamentarista
CHEFE DE ESTADO	Rei Charles III
GOUVERNADOR-GERAL	Sir Patrick Allen
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-ministro Andrew Holness
CHANCELER	Senadora Kamina Elizabeth Johnson-Smith
PIB (preços correntes, 2024, FMI)	US\$ 20,07 bilhões (0,94% do PIB do Brasil)
PIB PPP (2024, FMI)	US\$ 33,08 bilhões (1,24% do PIB PPP do Brasil)
PIB per capita (2024, FMI)	US\$ 7.300 (66,4% do PIB per capita do Brasil)
PIB PPP per capita (2024, FMI)	US\$ 12.030 (60% do PIB PPP per capita do Brasil)
VARIAÇÃO PIB (FMI)	-0,8% (2024); 2,6% (2023); 5,2% (2022); 4,6% (2021); -9,9% (2020); 1% (2019).
IDH (2022, PNUD)	0,706 (alto) / 115º lugar (Brasil: 0,760 / 89º lugar)
EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS (2024)	US\$ 221,5 milhões (-2,9%; 87º no ranking de exportações)
TOTAL IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS (2024)	US\$ 56,3 mil (-62%; 184º ranking Importação)
EMBAIXADOR DO BRASIL NO PAÍS	Antonio Sá Ricarte (encarregado de negócios)
EMBAIXADOR DO PAÍS NO BRASIL	Não há (embaixada fechada em março de 2021)

COMÉRCIO BILATERAL BRASIL-JAMAICA

Ano	Corrente (US\$)	Exportação (US\$)	Importação (US\$)	Saldo (US\$)
2025 (Jan-Mai)	41.681.076	41.536.621	144.455	41.392.166
2024	221.509.666	221.453.371	56.295	221.397.076
2023	228.121.964	227.975.428	146.536	227.828.892
2022	350.425.098	350.356.448	68.650	350.287.798
2021	171.647.077	171.631.481	155.968	171.615.882
2020	207.353.123	206.461.408	891.715	205.569.693
2019	75.984.232	75.198.664	785.568	74.413.096
2018	74.525.369	73.433.737	1.089.632	72.344.105
2017	73.980.631	73.619.134	631.497	73.257.637
2016	59.594.124	58.210.728	1.383.401	56.827.327
2015	61.163.485	59.242.027	1.921.458	57.320.569

Fonte: <http://comexstat.mdic.gov.br>

APRESENTAÇÃO

A Jamaica é um país insular localizado na região do Caribe, ao sul de Cuba e a oeste da ilha Hispaniola. Terceira maior ilha das Grandes Antilhas, com cerca de 11 mil quilômetros quadrados — área equivalente à metade do estado de Sergipe —, a Jamaica possui população de aproximadamente 2,8 milhões de habitantes. A capital e maior cidade é Kingston. A língua oficial é o inglês, mas o idioma mais falado no cotidiano é o patuá jamaicano (*Jamaican Patois*), língua crioula de base inglesa com influências africanas.

Antes da chegada dos europeus, o território jamaicano era habitado pelos povos taínos, também do tronco aruaque, que se estabeleceram na ilha por volta do ano 650 d.C. Em sua segunda viagem ao Novo Mundo, Cristóvão Colombo aportou na Jamaica em 1494, marcando o início da colonização espanhola, que dizimou rapidamente a população indígena local por meio de doenças e violência. A ilha foi conquistada pelos britânicos em 1655, após uma expedição militar vitoriosa, passando formalmente ao domínio do Reino Unido, pelo Tratado de Madri de 1670. Sob domínio britânico, a Jamaica tornou-se uma colônia escravocrata altamente lucrativa, centrada na produção de açúcar, rum e outros produtos agrícolas, baseando-se intensamente no tráfico transatlântico de africanos escravizados.

A resistência à escravidão foi uma constante na história da Jamaica, com levantes importantes como a Revolta de Tacky (1760) e a Revolta Batista (ou Revolta de Natal), em 1831, liderada por Samuel Sharpe. Esses episódios pressionaram o

Parlamento britânico, que aboliu a escravidão em suas colônias em 1834. A abolição foi seguida por um sistema de "aprendizagem", que prolongou a exploração dos libertos até 1838. Ao longo do século XIX, a Jamaica enfrentou crises econômicas, revoltas camponesas e forte controle colonial. Um episódio marcante foi a Rebelião de Morant Bay, em 1865, reprimida com violência pelas autoridades britânicas, o que levou à substituição do sistema de governo representativo pela administração direta da Coroa britânica.

Durante o século XX, movimentos nacionalistas e sindicais se fortaleceram, especialmente após a Grande Depressão. Nomes como Marcus Garvey, proeminente defensor do panafricanismo, e Alexander Bustamante, líder sindical e fundador do Partido Trabalhista Jamaicano (JLP), ganharam destaque. As lutas políticas resultaram na concessão de maior autonomia e, finalmente, na independência da Jamaica, obtida em 6 de agosto de 1962. O país permaneceu membro da *Commonwealth*, tendo a monarca britânica – a Rainha Elizabeth II, à época da independência e nos 60 anos seguintes – como chefe de Estado, representada por um governador-geral.

Desde a independência, a Jamaica oscilou entre governos do JLP e do Partido Nacional do Povo (PNP), com marcadas divergências ideológicas. Nas décadas de 1970 e 1980, o país vivenciou tensões políticas e sociais intensas, especialmente durante o governo de Michael Manley (PNP), que implementou políticas de viés socialista, como educação gratuita e reforma agrária. A polarização provocou confrontos violentos entre facções ligadas aos dois principais partidos, especialmente em áreas urbanas. A resposta repressiva do governo de Edward Seaga (JLP), com apoio dos Estados Unidos, refletiu o clima da Guerra Fria no Caribe.

A Jamaica sofreu, ao longo das décadas, com problemas estruturais como a violência urbana, impulsionada pelo narcotráfico e pela proliferação de gangues. As “dons” (lideranças informais de comunidades) passaram a exercer forte influência social e política, em alguns casos atuando como autoridades paralelas. O episódio da extradição de Christopher “Dudus” Coke, líder de organização criminosa, em 2010, expôs os vínculos entre criminalidade e política e resultou em uma operação militar que deixou mais de 70 mortos no bairro de Tivoli Gardens, em Kingston.

A economia jamaicana é diversificada, com destaque para o turismo, a mineração (especialmente bauxita e alumínio), a agricultura (cana-de-açúcar, banana, café Blue Mountain) e os serviços financeiros. Apesar disso, o país enfrenta desafios relacionados à dívida pública elevada, dependência de importações e vulnerabilidade a choques externos. Reformas recentes têm buscado estabilidade macroeconômica e atração de investimentos. A Jamaica é signatária de acordos com o FMI e o Banco

Mundial e participa ativamente de blocos como a CARICOM, cuja presidência de turno exercerá no segundo semestre de 2025.

A cultura jamaicana tem projeção internacional. A ilha é berço do *reggae* e do movimento rastafári, em que Bob Marley tornou-se figura de projeção global. A literatura jamaicana, com autores como Claude McKay e Marlon James, também conquistou reconhecimento internacional. O esporte é outra marca da identidade nacional: o país se destaca no atletismo, especialmente nas provas de velocidade, com nomes como Usain Bolt e Shelly-Ann Fraser-Pryce.

A Jamaica se mantém como uma democracia parlamentar estável, ainda que enfrente problemas de violência armada, desigualdade social e fragilidade institucional em algumas áreas. Em 2021, o governo anunciou planos de transição para uma república, rompendo com a monarquia britânica, à semelhança do que fez Barbados. A questão constitucional ainda está em debate. Ao mesmo tempo, a Jamaica permanece ativa em fóruns regionais e multilaterais, buscando projetar sua voz em temas como clima, segurança, reparações históricas e desenvolvimento sustentável.

Apesar dos desafios, a Jamaica preserva papel relevante no Caribe e na diáspora africana global, sendo símbolo de criatividade cultural e afirmação identitária. Sua história singular, marcada por lutas contra a escravidão, afirmação da soberania nacional e construção de uma cultura original, confere-lhe posição de destaque entre os países do Sul Global.

PERFIS BIOGRÁFICOS



ANDREW HOLNESS, Primeiro-Ministro (Spanish Town, Jamaica, 1972) tem mestrado em Estudos de Desenvolvimento, pela Universidade das Índias Ocidentais (UWI). Em 1997, tornou-se membro do Parlamento. Foi nomeado ministro da Educação em setembro de 2007. Em outubro de 2011, tornou-se líder do Partido Trabalhista da Jamaica (JLP) e assumiu como primeiro-ministro durante dois meses. Em fevereiro de 2016, assumiu novamente a chefia do governo, sendo o mais jovem primeiro-ministro e o primeiro nascido após a independência da Jamaica.



KAMINA JOHNSON SMITH, Ministra dos Negócios Estrangeiros e do Comércio Exterior, graduou-se em Direito,

Relações Internacionais e Francês pela Universidade das Índias Ocidentais. Fez mestrado em Direito Comercial pela London School of Economics. Elegeu-se senadora pelo BLP, em 2009. Em março de 2016, assumiu o cargo de ministra dos Negócios Estrangeiros e do Comércio Exterior.

RELAÇÕES BILATERAIS

A parceria entre Brasil e Jamaica tem se desenvolvido de maneira constante, alicerçada em valores comuns, afinidades políticas e culturais, bem como no compromisso com a integração regional e a cooperação Sul-Sul. As relações diplomáticas entre os dois países foram formalmente estabelecidas em 1962, logo após a independência jamaicana, e, desde então, têm sido marcadas por diálogo político frequente e iniciativas de aproximação multisectorial. O Brasil foi o primeiro país latino-americano a reconhecer a independência da Jamaica.

A relação bilateral ganhou impulso a partir dos anos 2000, em consonância com o fortalecimento da presença do Brasil no Caribe. A Jamaica passou a ocupar lugar estratégico na política externa brasileira para a região, como país anglófono com peso político na CARICOM e com destacada projeção internacional em temas de cultura, direitos humanos e meio ambiente. Os dois países compartilham posições próximas em fóruns multilaterais, em especial nas Nações Unidas e na OMC, em temas como desenvolvimento sustentável, combate às desigualdades e fortalecimento da governança global inclusiva.

A cooperação para o desenvolvimento constitui um dos principais eixos da relação bilateral. O Brasil tem colaborado com a Jamaica em áreas como agricultura familiar, segurança alimentar e nutricional, saúde pública, educação, defesa civil e enfrentamento às mudanças climáticas, por meio da Agência Brasileira de Cooperação (ABC). Projetos conjuntos foram implementados com o apoio de instituições como Embrapa, Fiocruz e universidades brasileiras. Destaca-se, também, a colaboração no âmbito da cooperação triangular, com a participação de organismos internacionais como o PNUD.

A educação tem sido outro campo de crescente interação. Estudantes jamaicanos têm participado de programas como o PEC-G (Programa de Estudantes-Convênio de Graduação) e o PEC-PG (Pós-Graduação), promovidos pelo governo brasileiro. A difusão da língua portuguesa tem sido incentivada por meio de cursos ofertados em parceria com universidades jamaicanas. A cultura e a música jamaicanas têm forte penetração no Brasil, em especial o *reggae* e o legado de Bob Marley.

As relações Brasil-Jamaica também têm se aprofundado por meio de visitas de alto nível e do diálogo político bilateral. A Jamaica participou de iniciativas relevantes promovidas pelo Brasil, como as Cúpulas América do Sul-Países Árabes (ASPA); América do Sul-África (ASA); e da Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC). Em 2010, na Cúpula Brasil-CARICOM, o governo jamaicano enviou a Brasília seu então primeiro-ministro Bruce Golding. Em 2025, a visita do ministro Mauro Vieira realizou a Kingston, em janeiro, e a participação do presidente do Senado jamaicano, Thomas Tavares Finson, na Cúpula Brasil-Caribe (Brasília, 13/6 passado) evidenciaram o interesse mútuo em relançar a cooperação bilateral.

No plano migratório, a comunidade jamaicana no Brasil é pequena, porém presente, com indivíduos atuando especialmente nos setores cultural, esportivo e em instituições educacionais. Atletas jamaicanos já participaram de treinos e intercâmbios em centros esportivos brasileiros, particularmente no atletismo.

Com base em laços históricos, interesses convergentes e diálogo contínuo, a parceria entre Brasil e Jamaica tem se consolidado como uma relação madura, dinâmica e de grande potencial. A valorização da cultura afrodescendente, o compromisso com o multilateralismo e a prioridade dada ao desenvolvimento sustentável conferem densidade política e simbolismo à cooperação entre os dois países, reforçando seu papel conjunto na construção de uma ordem internacional mais equitativa.

RELAÇÕES ECONÔMICO-COMERCIAIS

As relações comerciais entre o Brasil e a Jamaica são marcadas por potencial de expansão, complementaridade econômica e crescente diversificação da pauta de cooperação, embora a corrente de comércio bilateral ainda seja modesta em termos absolutos. Em 2024, o fluxo bilateral totalizou US\$ 221,6 milhões, com US\$ 221,5 milhões em exportações brasileiras e US\$ 56,3 mil em importações provenientes da Jamaica, resultando em superávit de US\$ 221,4 milhões em favor do Brasil.

As exportações brasileiras para a Jamaica são compostas, majoritariamente, por produtos industrializados e bens de consumo. Os principais itens embarcados em 2024 incluíram: carne de frango (28,5%), combustíveis e óleos minerais (24,3%), açúcar (12,7%), produtos de higiene e limpeza (6,9%), preparações alimentícias (6,1%) e medicamentos (4,4%). A presença brasileira atende tanto ao mercado doméstico jamaicano, quanto ao setor turístico, importante motor da economia local.

Do lado jamaicano, as exportações para o Brasil concentram-se em alumínio e seus derivados, além de produtos químicos e especialidades farmacêuticas. O alumínio

representa mais de 60% das importações brasileiras da Jamaica, o que reflete tradicional atividade mineradora da ilha, embora a produção venha sofrendo oscilações devido a fatores regulatórios e de infraestrutura energética. A balança comercial permanece favorável ao Brasil, mas a pauta revela áreas de interesse mútuo e possibilidades de adensamento.

No campo do investimento estrangeiro direto (IED), não há grandes empreendimentos jamaicanos no Brasil, mas empresas brasileiras dos setores de energia, construção e alimentos já exploraram oportunidades no país caribenho, com destaque para o setor de energias renováveis. A Jamaica tem promovido esforços de diversificação de sua matriz energética, o que abre espaço para parcerias em biomassa, energia solar e eólica — áreas em que o Brasil possui reconhecidas capacidades.

POLÍTICA INTERNA

A Jamaica é uma monarquia constitucional parlamentar, baseada nos princípios da democracia representativa, da separação de poderes e do Estado de Direito. Desde sua independência, em 1962, o país manteve o sistema de governo herdado do modelo britânico, com estabilidade institucional e tradição democrática contínua. A Constituição jamaicana, adotada no momento da independência, estabelece o quadro legal para o funcionamento dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, e continua em vigor até hoje, ainda que discussões sobre uma possível transição para uma república estejam em curso, conforme mencionado inicialmente.

O Poder Executivo efetivo é exercido pelo primeiro-ministro, chefe de governo, que lidera o partido ou coalizão majoritária na Câmara dos Representantes. O chefe de Estado da Jamaica é, atualmente, o rei Charles III. O governador-geral, que o representa localmente, exerce funções protocolares e formais, como sancionar leis e nomear o primeiro-ministro, sempre em consonância com o Parlamento e sem poderes executivos reais.

O Poder Legislativo jamaicano é bicameral, composto pelo Senado (21 membros) e pela Câmara dos Representantes (63 membros). Os senadores são nomeados: 13 pelo primeiro-ministro e oito pelo líder da oposição, mediante indicação formal ao governador-geral. Já os deputados são eleitos por sufrágio universal direto, em sistema majoritário de voto distrital, para mandatos de cinco anos. O Parlamento legisla, aprova o orçamento e exerce controle sobre o Executivo, tendo funcionamento contínuo desde a independência, sem interrupções ou dissoluções traumáticas.

A governabilidade na Jamaica é tradicionalmente estável, com alternância regular entre os dois principais partidos políticos: o Partido Trabalhista Jamaicano (*Jamaica Labour Party* – JLP) e o Partido Nacional do Povo (*People's National Party* – PNP). Ambos têm raízes históricas no movimento sindical da primeira metade do século XX e compartilham uma cultura política institucionalizada. O sistema bipartidário consolidou-se como um dos mais resilientes do Caribe. A transparência eleitoral é assegurada por órgão independente, o Escritório Eleitoral da Jamaica (*Electoral Office of Jamaica*), e os processos eleitorais têm sido regularmente elogiados por observadores internacionais.

O primeiro-ministro exerce a liderança do gabinete, coordena as políticas públicas e representa o país no exterior. O cargo é ocupado por Andrew Holness desde 2016, do JLP, reeleito com ampla maioria parlamentar em 2020. As eleições gerais ocorrem regularmente desde 1962, e a alternância de poder é aceita e respeitada pelas instituições. Não há limitação formal de mandatos para o primeiro-ministro, desde que mantenha maioria no Parlamento. As próximas eleições gerais no país estão previstas para ocorrer no segundo semestre de 2025.

O Poder Judiciário é independente e baseado no sistema de *common law* britânico. Seu órgão máximo é a Corte de Apelação da Jamaica, embora o recurso final em matéria constitucional e criminal ainda possa ser dirigido ao Comitê Judicial do Conselho Privado do Reino Unido (*Privy Council*), sediado em Londres. A Jamaica tem debatido, desde os anos 2000, a adesão à Corte de Justiça do Caribe (*Caribbean Court of Justice* – CCJ) como tribunal de última instância, mas a medida ainda não foi ratificada pelo Parlamento.

O sistema legal é funcional e respeitado, mas enfrenta desafios ligados à lentidão dos processos, à sobrecarga do sistema carcerário e à escassez de recursos em algumas regiões. A segurança pública é uma preocupação persistente, com altos índices de criminalidade e presença de organizações criminosas violentas, que impactam a confiança pública e exigem reformas contínuas no setor de justiça criminal.

Em 2021, o governo jamaicano anunciou a intenção de realizar uma transição institucional para um sistema republicano, encerrando a vinculação à monarquia britânica como chefe de Estado. Um Ministério da Reforma Constitucional foi criado para liderar o processo, com consulta pública e eventual realização de referendo popular. O objetivo declarado é que o país adote um modelo republicano com presidente eleito pelo Parlamento, mantendo o regime parlamentarista. O debate segue em andamento, com expectativa de avanços legislativos nos próximos anos.

A administração pública jamaicana é estruturada e relativamente eficiente, com forte tradição de profissionalismo no serviço civil. A Jamaica ocupa posição intermediária nos indicadores de governança do Banco Mundial, e participaativamente de mecanismos regionais de integração institucional, como a CARICOM e a *Commonwealth*.

POLÍTICA EXTERNA

A política externa jamaicana orienta-se por princípios de soberania, não intervenção, multilateralismo, autodeterminação e solidariedade entre os países em desenvolvimento. Embora detenha inserção internacional proporcional ao seu porte, a Jamaica busca, por meio de sua política externa, afirmar-se como ator comprometido com a paz, o desenvolvimento sustentável, os direitos humanos e a integração regional. A ênfase em justiça climática, segurança internacional, equidade econômica e fortalecimento da ordem multilateral reflete a postura histórica do país em fóruns globais e sua identidade como Estado insular em desenvolvimento com forte vocação diplomática.

A condução da política externa jamaicana está a cargo do Ministério das Relações Exteriores e Comércio Exterior. Os eixos fundamentais da diplomacia jamaicana têm se estruturado em torno de três vetores principais: a defesa dos interesses de pequenos Estados insulares nos organismos multilaterais; o aprofundamento da integração regional caribenha e hemisférica; e a diversificação das parcerias estratégicas em um cenário internacional cada vez mais multipolar.

A política externa da Jamaica tem papel ativo na defesa dos direitos e interesses dos pequenos Estados insulares em desenvolvimento (SIDS), notadamente nas negociações climáticas, onde atua como voz articulada em prol do acesso a financiamento climático, justiça ambiental e transferência de tecnologia. A atuação diplomática jamaicana nesse campo vem sendo marcada por pragmatismo e firmeza, tendo o país desempenhado funções de liderança em fóruns como a Aliança dos Pequenos Estados Insulares (AOSIS) e o Comitê de Paris sobre Capacitação da Convenção-Quadro da ONU sobre Mudança do Clima.

A Jamaica mantém relações estreitas com parceiros tradicionais, como os Estados Unidos, o Canadá, o Reino Unido e a União Europeia, com os quais coopera em áreas como comércio, segurança, educação, migrações e assistência ao desenvolvimento. Ao mesmo tempo, vem ampliando sua rede de parcerias Sul-Sul, por meio de crescente aproximação com China, Índia, África do Sul, Turquia e países da América Latina. A diplomacia jamaicana adota abordagem pragmática, voltada à

diversificação de fontes de financiamento e à ampliação da inserção do país em cadeias globais de valor.

A região do Caribe constitui o principal eixo da política externa jamaicana. O país assumirá, no segundo semestre de 2025, a presidência rotativa da CARICOM, sucedendo Barbados. O país vê na integração regional um instrumento estratégico para o fortalecimento de sua economia, a concertação política regional e a projeção coletiva do Caribe no sistema internacional. A participação ativa na Organização dos Estados Americanos (OEA) e na Associação de Estados do Caribe (AEC) amplia sua presença hemisférica e reforça sua atuação em temas como cooperação regional em desastres naturais, comércio intracaribenho, turismo sustentável e defesa da democracia.

No plano global, a Jamaica é defensora do multilateralismo, da reforma das instituições de governança global e do fortalecimento do papel dos países em desenvolvimento nos fóruns decisórios. O país participa do Movimento dos Países Não Alinhados, do Grupo dos 77 + China e da Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC), e tem historicamente apoiado resoluções favoráveis à causa palestina, ao desarmamento nuclear e à luta contra o racismo. Em âmbito hemisférico, a Jamaica tem se posicionado em prol de uma maior articulação entre os países das Américas. Em votações na ONU, a Jamaica se posiciona consistentemente em defesa dos direitos humanos, da autodeterminação dos povos e da cooperação internacional para o desenvolvimento.

A dimensão climática ocupa lugar central na agenda diplomática jamaicana. Reconhecendo sua vulnerabilidade aos efeitos das mudanças do clima, o país atua como defensor da agenda de adaptação, resiliência e acesso equitativo a financiamento climático. A Jamaica tem liderado esforços para vincular a agenda climática à agenda financeira internacional, propondo mecanismos inovadores, como os “*climate resilience bonds*” e a vinculação de alívio da dívida à ação climática. Em 2023, o país foi um dos principais proponentes da “*Bridgetown Initiative*”, em parceria com Barbados, e apoia fortemente o chamado “*Baku-Belém Roadmap to 1.3 Trillion*”, promovido pelo Brasil no G20.

A atuação diplomática da Jamaica também busca projetar uma imagem de país estável, democrático e culturalmente vibrante, com protagonismo em áreas como o esporte, a música e a diáspora africana. A diplomacia cultural, particularmente por meio do *reggae* e do legado de figuras como Bob Marley, é considerada instrumento relevante de *soft power*. A diáspora jamaicana em países como Estados Unidos, Reino Unido e Canadá é reconhecida como ativo estratégico da política externa, inclusive com iniciativas específicas voltadas à sua mobilização.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Segundo o Fundo Monetário Internacional (FMI), a Jamaica é economia de renda média, com Produto Interno Bruto (PIB) nominal estimado em US\$ 20,07 bilhões em 2024 e renda per capita de aproximadamente US\$ 7.300,00, situando-se entre os países caribenhos com estrutura econômica mais diversificada. Apesar disso, o país permanece vulnerável a choques externos, especialmente no setor de turismo; às variações climáticas; e à elevada exposição à dívida. A economia jamaicana deverá crescer 2,1% em 2025, segundo estimativas do FMI, mantendo trajetória moderada de recuperação após os efeitos da pandemia de Covid-19.

A estrutura econômica da Jamaica é dominada pelo setor de serviços, responsável por cerca de 70% do PIB, com destaque para turismo, serviços financeiros e transportes. O turismo representa mais de 30% das receitas em divisas e emprega diretamente cerca de 120 mil pessoas, sendo um dos principais motores da economia. A retomada do fluxo turístico internacional em 2023-2024 contribuiu para a estabilização da atividade econômica, embora persistam riscos associados à criminalidade urbana e à resiliência da infraestrutura diante de eventos climáticos extremos.

O setor agrícola, ainda que declinante em termos de contribuição ao PIB (cerca de 7%), mantém relevância social e regional. Emprega cerca de 17% da força de trabalho e fornece base para cadeias produtivas locais, com destaque para cana-de-açúcar, banana, café Blue Mountain, pimenta, hortaliças e produtos de pesca. A produtividade, no entanto, seria limitada por práticas agrícolas tradicionais, acesso precário ao crédito e vulnerabilidade a secas e furacões. A insegurança alimentar persiste em áreas rurais, afetando principalmente pequenos produtores.

A indústria jamaicana responde por aproximadamente 23% do PIB, com forte presença da mineração de bauxita e alumínio, um dos principais produtos de exportação do país. A produção industrial também inclui cimento, bebidas, alimentos processados e produtos químicos. O setor enfrenta desafios relacionados à competitividade, custos logísticos elevados e gargalos energéticos. As políticas públicas recentes têm buscado incentivar a transição para energias renováveis, com destaque para projetos solares e eólicos, em parceria com investidores internacionais.

A economia jamaicana é altamente dependente do comércio exterior e de remessas enviadas pela diáspora, que somaram aproximadamente US\$ 3,5 bilhões em 2024, equivalentes a cerca de 18% do PIB. Estima-se que mais de 1,3 milhão de jamaicanos residam no exterior, sobretudo nos Estados Unidos, no Canadá e no Reino

Unido. Essas remessas são fundamentais para o consumo interno, o financiamento de pequenas empresas e a estabilidade das comunidades locais.

Segundo o FMI, a inflação em 2024 situou-se em 6,8%, com tendência de desaceleração em 2025 diante da política monetária restritiva implementada pelo Banco da Jamaica, que elevou gradualmente a taxa básica de juros desde 2021. A autoridade monetária atua com mandato duplo de estabilidade de preços e crescimento econômico. A taxa de câmbio, flutuante, manteve-se relativamente estável, mas sujeita a pressões em períodos de alta nas importações de combustíveis e alimentos.

A dívida pública da Jamaica foi estimada em 77,2% do PIB em 2024, recuando progressivamente após alcançar níveis superiores a 140% em 2012. O processo de consolidação fiscal foi conduzido com o apoio de programas sucessivos com o FMI e o Banco Mundial, incluindo reformas estruturais, cortes de gastos e aumento da arrecadação. O investimento público voltou a crescer, atingindo 4,3% do PIB em 2024, com foco em infraestrutura logística, transporte e energia.

A balança comercial jamaicana é estruturalmente deficitária. Em 2023, o país importou cerca de US\$ 7,2 bilhões, concentrados em petróleo refinado, alimentos, veículos e máquinas, enquanto exportou US\$ 1,9 bilhão, com destaque para alumínio, bauxita, rum, café e produtos químicos. O déficit comercial é parcialmente compensado por remessas, receitas turísticas e investimento estrangeiro direto. O país mantém acordos comerciais com Estados Unidos (via Caribbean Basin Initiative), União Europeia (via CARIFORUM-EU Economic Partnership Agreement) e parceiros caribenhos no âmbito da CARICOM.

O ambiente de negócios, embora mais sólido que em outros países da região, enfrenta desafios persistentes. O setor privado aponta entraves como burocracia, lentidão judicial, insegurança e dificuldades no acesso a financiamento. O governo jamaicano tem buscado simplificar processos regulatórios, promover digitalização e atrair investimentos estrangeiros em áreas estratégicas, como turismo, energias limpas e processamento de alimentos. Segundo o Banco Mundial, a Jamaica avançou em indicadores de clima de negócios, mas ainda precisa melhorar infraestrutura e capital humano.

O mercado de trabalho apresenta altos níveis de informalidade, com cerca de 35% dos trabalhadores fora do sistema formal. O desemprego se mantém relativamente baixo (6,3% em 2024), mas o subemprego e a precarização persistem entre jovens e mulheres. Programas de qualificação profissional têm sido implementados em parceria com organismos multilaterais, com foco em capacitação

digital, turismo e energia. A diáspora continua sendo alternativa de mobilidade social para parte significativa da população.

Nesse cenário, o FMI projeta crescimento moderado de 2,1% em 2025, condicionado à estabilidade fiscal, ao controle da inflação e à manutenção da confiança dos investidores. A Jamaica permanece como um dos países do Caribe com melhor desempenho macroeconômico relativo, mas enfrenta o desafio estrutural de tornar seu crescimento mais inclusivo, resiliente e sustentável. O país busca consolidar avanços recentes, diversificar sua base produtiva e garantir maior proteção social diante das pressões sociais e ambientais que afetam os pequenos Estados insulares em desenvolvimento.

CRONOLOGIA HISTÓRICA DA JAMAICA

1494 – Cristóvão Colombo chega à Jamaica em sua segunda viagem às Américas; início da colonização espanhola da ilha

1509 – Fundação do primeiro assentamento espanhol permanente, *Sevilla la Nueva* (atual *Saint Ann's Bay*)

1655 – Conquista da Jamaica pelos britânicos após expedição militar; expulsão gradual dos espanhóis e início da colonização inglesa

1670 – Tratado de Madri: Espanha reconhece oficialmente o domínio britânico sobre a Jamaica

1692 – Terremoto destrói grande parte da cidade de *Port Royal*, importante entreposto comercial do Caribe

1730–1740 – Primeira Guerra Maroon: escravizados fugitivos (*maroons*) resistem ao domínio britânico nas montanhas

1739 – Tratado de paz entre os britânicos e os *maroons* de Cudjoe, reconhecendo sua autonomia em territórios montanhosos

1760 – Revolta de Tacky, uma das maiores insurreições de escravizados do período colonial, é brutalmente reprimida

1831 – Revolta Batista (ou Revolta de Natal), liderada por Samuel Sharpe; antecede o processo de abolição

1834 – Abolição da escravidão no Império Britânico; início do sistema de “aprendizado” obrigatório para libertos

1838 – Fim oficial da escravidão; libertação plena dos ex-escravizados na Jamaica

1865 – Rebelião de Morant Bay, reprimida com violência pelas autoridades britânicas; colônia passa a ser governada diretamente pela Coroa

1938 – Greves e distúrbios sociais marcam o início do sindicalismo moderno jamaicano; surgimento de líderes

como Alexander Bustamante e Norman Manley
1944 – Adoção de nova Constituição que garante sufrágio universal e autonomia legislativa interna
1958 – Jamaica torna-se membro da Federação das Índias Ocidentais, tentativa de unificação de colônias britânicas caribenhas
1961 – Referendo popular decide pela saída da Jamaica da Federação das Índias Ocidentais
1962 – Proclamação da independência da Jamaica (6/8); Alexander Bustamante torna-se primeiro-ministro
1972 – Michael Manley, do Partido Nacional do Povo (PNP), assume o governo com agenda socialista e aproximação com Cuba
1980 – Edward Seaga, do Partido Trabalhista Jamaicano (JLP), vence eleições; país se alinha aos EUA durante a Guerra Fria
1992 – P. J. Patterson torna-se primeiro-ministro; permanece no cargo até 2006, consolidando estabilidade política
2006 – Portia Simpson-Miller torna-se a primeira mulher a ocupar o cargo de primeira-ministra
2011 – Retorno de Simpson-Miller ao poder; declara intenção de fazer da Jamaica uma república
2016 – Andrew Holness (JLP) assume como primeiro-ministro; retorna ao cargo após eleições antecipadas em 2020
2021 – Governo reafirma plano de transição para regime republicano, rompendo com a monarquia britânica
2023 – Anúncio da criação de comissão constitucional para reforma do sistema político e preparação de referendo sobre a república

LISTA DE ACORDOS BILATERAIS

Título do Acordo	Dt. Celebração	Status	Dt. Ratif. Brasil
Entendimento Recíproco, por Troca de Notas, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Jamaica, para o Estabelecimento de Isenção de Vistos de Curta Duração para Nacionais de Ambos os Países	27/05/2015	Em Vigor	

Troca de Notas assinadas entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Jamaica sobre Ampliação do Prazo de Vistos de Múltipla Entrada	13/02/2014	Em Vigor	
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Jamaica para o Intercâmbio de Informações sobre Matéria Tributária	13/02/2014	Em Ratificação	
Acordo - Quadro entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Jamaica sobre Cooperação em Matéria de Defesa	13/02/2014	Tramitação Congresso Nacional	
Acordo sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Jamaica	13/02/2014	Tramitação Congresso Nacional	
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Jamaica sobre o Exercício de Atividade Remunerada por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico	01/12/2010	Em Vigor	20/08/2012
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Jamaica para Implementação do Projeto “Centro de Formação Profissional Brasil-Jamaica”	23/09/2010	Em Vigor	
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Jamaica para o Estabelecimento de uma Comissão Mista	26/04/2010	Em Vigor	
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Jamaica para Implementação do Projeto “Capacitação de Recursos Humanos para Desenvolvimento das Cadeias Agropecuárias da Jamaica - com Ênfase na Cadeia da Mandioca”	26/04/2010	Em Vigor	
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da Jamaica e o Governo da República Federativa do Brasil para Implementação do Projeto “Programa de Capacitação de Técnicos da Jamaica em Produção e Processamento de Frutas Tropicais”	26/04/2010	Em Vigor	
Acordo de Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Jamaica	14/12/2007	Substituído	
Memorando de Entendimento entre Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Jamaica sobre Cooperação Acadêmica	09/08/2007	Em Vigor	
Acordo de Isenção de Vistos para Portadores de Passaportes Diplomáticos e Oficiais entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Jamaica	09/08/2007	Em Vigor	
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica para Implementação do Projeto "Programa de Treinamento Técnico em Produção e Processamento para	15/02/2007	Expirado	

Diversificar e Aumentar a Fruticultura na Jamaica"			
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica para Implementação do Projeto "Formação de Recursos Humanos e Transferência de Técnicas Para Apoio ao Programa Jamaicano de Modernização do Setor Sucroalcoleiro"	15/02/2007	Expirado	
Acordo sobre Isenção de Vistos para Portadores de Passaportes Diplomáticos, Oficiais e de Serviço	12/07/2006	Substituído	
Protocolo de Intenções sobre Cooperação Técnica na Área de Técnicas para o Processamento de Frutas	01/11/2005	Expirado	
Memorando de Entendimento na Área de Açúcar e de Etanol.	16/05/2005	Em Vigor	
Memorando de Entendimento na Área de Agricultura Tropical.	16/05/2005	Em Vigor	
Comunicado Conjunto - Visita Oficial do Ministro de Estado Celso Amorim a Jamaica.	16/05/2005	Em Vigor	
Acordo sobre Cooperação Cultural e Educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Jamaica.	28/08/1997	Em Vigor	22/06/1999
Acordo de Cooperação na Área de Turismo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Jamaica	28/08/1997	Em Vigor	21/06/1999
Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Jamaica.	28/08/1997	Em Vigor	10/09/1999
Protocolo de Intenções para o Desenvolvimento de Programas de Cooperação nas Áreas de Energia e Mineração entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Jamaica.	18/11/1982	Em Vigor	